

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte:

O Liberal

Class.:

Data:

23.02.85

Pg.:

Funai pede adiamento do Trairão, na área Kaiapó

Possivelmente no início do mês de março o grupo de Trabalho encarregado de estudar a superposição de terras existente entre a reserva dos índios Kaiapós e o Projeto Trairão, do Governo do Estado, vai iniciar seu trabalho. A informação foi prestada pelo delegado regional da Funai, Salomão Santos, que retornou há poucos dias de Brasília, onde foi manter contatos com a presidência do órgão, para tentar alguma solução definitiva para o problema fundiário dos Kaiapós.

Além de um antropólogo, um engenheiro-agrônomo e um agrimensor o grupo vai contar com técnicos do Iterpa. Salomão revelou também que o coordenador do grupo será o diretor do Museu do Índio, Carlos Moreira Neto. "Eu acho que nós devemos radicalizar, pelo menos enquanto a gente não tiver uma consciência formada sobre a pretensão dos índios", afirmou o delegado. Para ele, o Iterpa poderia, temporariamente, suspender a licitação, a fim de evitar confronto entre o pessoal que vai ser assentado nas terras e a tribo indígena.

Por cautela, acho que se deveria esperar mais um pouco. Os índios estão esperando há quarenta anos. Eu acho que o interesse do Governo não é suscitar conflitos", disse Salomão.

Ele alertou, mais uma vez, para os sérios problemas que podem advir da licitação e espera que o Grupo de Trabalho possa dirimir as dúvidas a respeito dos limites. Salomão espera que o grupo de Trabalho possa definir as posses da tribo para a partir daí iniciar, se for necessário, um trabalho com a tribo no sentido de acomodá-las a aceitar um espaço mais reduzido.

"Eu entendo a posição do Iterpa, porque realmente existe este mapa", declarou Salomão ao comentar as declarações do presidente do Iterpa, Fernando Velasco, que mostrou à imprensa um mapa de demarcação de 1978,

da Funai, onde a terra agora em litígio não era apontada como reserva. "Mas acontece que para os índios aquelas são áreas de perambulação, imemoriais, que eles reivindicam". Quando assumiu a delegacia, em setembro de 1983, o delegado foi a todas as reservas e dos Kaiapós ouviu a reclamação de que estavam sendo empurrados constantemente para o interior. Desta conversa, partiu um relatório para Brasília, em junho de 1984, relatando a reivindicação da tribo, na área sagrada conhecida como Pukatoti, que está na área do Projeto Trairão.

O maior problema para Salomão é que o "Grupão" instituído pelo Ministério Especial dos Assuntos Fundiários aceite os limites da demarcação e envie ao presidente um projeto minutado para que este aprove a área. Ele considera que o Grupo de Trabalho será apenas o primeiro passo para a legalização da reserva Kaiapó, mas que "a luta continua", pela legalização fundiária.

Segundo Salomão, o Iterpa se baseou no primeiro mapa de identificação da área. Mas ainda este ano a Funai enviou ao Instituto um outro mapa indicando a ampliação da área pretendida. Salomão destaca a expectativa dos índios quanto o limite de suas terras, porque há muito tempo eles esperam que sua situação possa ser regularizada e, ao contrário, eles têm encontrado serrarias e garimpos na área.

Sobre a denúncia feita pelo presidente do Iterpa, dando conta da venda de mogno na reserva dos Kaiapós, Salomão confirmou, mas disse que esta não fere o estatuto do índio, porque a Funai fez a licitação nacional atendendo a pedido dos índios, que queriam abrir uma estrada ligando a sede do posto a fazenda Espadilha: "Quando o recurso é em favor da comunidade ele pode ser usado", garante o delegado da Funai.